

PRODUÇÃO ASSOCIADA: NÓS SONHAMOS E CONCRETIZAMOS O SONHO

Lirian Keli dos Santosⁱ

William Kennedy do Amaral Souzaⁱⁱ

Edson Caetanoⁱⁱⁱ

RESUMO: A presente pesquisa tem como ponto de partida a reflexão sobre a produção associada na Comunidade Tradicional Imbê-MT. Buscamos compreender o processo da produção associada como uma estratégia que questiona a lógica capitalista, apesar de estar inserida na mesma. Para o desenvolvimento da análise nos utilizamos do materialismo histórico e partimos da categoria “Trabalho”, baseada no arcabouço teórico de Marx. A pesquisa demonstrou que é mediante o trabalho que homens e mulheres constroem/produzem as suas vidas concretamente. Neste estudo optamos pela metodologia de pesquisa qualitativa. Os dados foram coletados por meio da observação direta das práticas cotidianas dos indivíduos envolvidos na comunidade. Utilizamos-nos de entrevistas (semiestruturadas) individuais gravadas, procurando destacar questões relacionadas às histórias de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras da comunidade Imbê. A análise mostrou que o trabalho associado não surgiu unicamente como meio de criar postos de trabalho, mas sim um meio de viver dignamente na terra em que escolheram. No entanto, se ampliarmos o nosso olhar, percebemos que no transcorrer do processo esse objetivo foi ultrapassado, pois, além de estratégia de sobrevivência material, as iniciativas são uma forma de contestação às relações de trabalho subordinadas ao capital.

Palavras-chave: Trabalho, Produção associada, Comunidade tradicional Imbê.

INTRODUÇÃO

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existe ou estão em vias de existir (MARX, 2008, p. 108).

Neste artigo, buscamos explicitar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da Comunidade Tradicional Imbê para constituição da associação e a edificação da agroindústria. O enredo do filme “A Máquina” (2006), produzido por Diler Trindade, nos conta a história de Antônio, protagonista e narrador da trama, que vive em uma pequena cidade isolada do

mundo chamada “Nordestina”. Os moradores de Nordestina vão, aos poucos, indo embora do local em busca do “mundo”. Em determinado momento da história, o par romântico do protagonista, Karina, também decide ir para a cidade grande em busca do sonho de ser atriz. Na tentativa de impedi-la, Antônio promete trazer o mundo à sua amada através da máquina.

Fazendo uma comparação, mesmo que distorcida, podemos dizer que foi assim que se iniciou o sonho da construção da agroindústria de rapadura, açúcar mascavo e melado na Comunidade Tradicional Imbê. Pois no afã de trazer ou fazer com que os jovens que estavam partindo para a cidade em busca de emprego, ficassem na comunidade, e, mais importante, com a intenção de proporcionar a esses jovens e às suas famílias, meios para pudessem produzir as suas vidas, é que conjuntamente decidiram colocar em prática o projeto da construção da agroindústria. Porque, afinal de contas, “sonho que se sonha só/ é só um sonho que se sonha só/ mas sonho que se sonha junto é realidade”^{iv}.

Hoje se você pegar não tem um jovem aqui, não tem mais ninguém aqui, todo carro que chegou ali, a pessoa morava aqui e foi embora para a cidade, eles formam até o terceiro ano aqui depois tem que ir embora, não tem o que fazer aqui. Então aqui eram mais ou menos vinte e cinco ou trinta jovens aqui, formaram aqui, mas estão tudo esparramados para Várzea Grande. Tudo morava aqui. (Sr. Milton).

Ademais, historicamente excluída dos serviços públicos, a comunidade apresenta dificuldade em obter renda suficiente em suas unidades de produção, o que repercute diretamente na vida material dos moradores de Imbê, ou seja, se reflete nas condições de moradia, alimentação e acesso a bens e serviços públicos como educação, saúde, dentre outros.

A ORGANIZAÇÃO E A LUTA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA COMUNIDADE TRADICIONAL IMBÊ PARA A CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO E DA AGROINDÚSTRIA

Assim, os trabalhadores e trabalhadoras da Comunidade Tradicional Imbê, sob a liderança do Sr. Milton Gonçalves de Souza, iniciaram concretamente o sonho do empreendimento no ano de dois mil e seis, partindo

de reflexões sobre a conjuntura das condições de vida dos moradores da Comunidade Tradicional Imbê.

Em 2006 nós começamos a movimentar isso aí. Surgiu de nós mesmos, eu vejo assim, todos nós moramos aqui, não temos um emprego garantido, não temos uma renda, não temos nada. E nossos jovens estão crescendo e indo para a cidade e vai ficando dificultoso. Aí eu reuni minha família, meu pai, meus irmãos e falei, olha nós precisamos montar uma indústria. Inclusive eu já tinha viajado bastante pelo SEBRAE visto outras comunidades em outros estados e vi pessoas que conseguiram desenvolver um bom trabalho e ter uma vida mais digna. (Sr. Milton).

Considerando o relato do Sr. Milton, percebemos que a iniciativa de tornar realidade o desenvolvimento de uma atividade que garantisse a produção da vida de forma associada era um sentimento que eles já nutriam há algum tempo, mas que se tornou urgente diante do contexto da carência de trabalho para os que ali viviam. Essa dificuldade inviabilizava a permanência dos moradores na comunidade, portanto foi a partir da necessidade de se criar e expandir relações de trabalho para a comunidade, sem a exploração/precarização do trabalho assalariado imposta pelo capital, que a ideia da agroindústria passou a ser concretizada. Essa empreitada teve início em dois mil e seis e se completou no ano de dois mil e nove.

Em síntese, a agroindústria possui a pragmática incumbência de propiciar aos homens e mulheres da Comunidade de Tradicional de Imbê a produção de uma vida mais digna, relações de trabalho mais humanas, para que assim possam permanecer e viver da terra.

Para concretizar o projeto da construção da agroindústria, o primeiro passo foi reconhecer a necessidade de oficializar a comunidade, pois até então não havia o registro oficial como comunidade tradicional para que pudessem criar a *Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê*. Sem o registro, o empreendimento não poderia ser materializado, pois a comunidade não dispunha de recursos próprios para a construção da agroindústria e, portanto, necessitava também adquirir recursos através de financiamento, o que requereria toda uma burocracia legal.

O maior motivo pra gente registrar a comunidade, foi por causa de recurso, porque a comunidade ficava sem documentação e não tinha como recorrer a algum recurso, ter um sistema para melhorar a comunidade para nada. Se você fazia tropeçava nesta parte, porque

a comunidade não tinha nome, tinha nome, mas não tinha documentação. (Sr. Milton).

Antes da consolidação da *Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê*, o Sr. Milton reuniu os moradores de Imbê, juntamente com os da comunidade vizinha, Campina de Pedra, para apresentar a proposta do empreendimento. A inclusão da comunidade vizinha no projeto se deveu ao fato de que Campina de Pedra já estava oficialmente registrada como comunidade, bem como já possuíam uma associação, o que facilitaria a busca dos recursos para a construção da Agroindústria.

Quando nós fomos abrir esta indústria aí, nós convidamos toda a comunidade que era para fazermos uma associação. Uns tinha interesse outros não tinham, **os nativos daqui não queriam, achavam que não precisava que eles já viviam bem assim mesmo, mas nós tínhamos uma ideia diferente, de que não podia ser só assim, tinha que mudar**, mas nós montamos a associação e fizemos uma reunião lá no colégio mesmo e mostramos para eles o que era a comunidade. Assim mesmo eles acham que não é preciso, não quiseram participar de nada, mas assim mesmo registramos a comunidade. Fizemos por isso, não tinha como acessar recursos. Quando apareceu este DRS, exigiu-se um bocado de documento, **nós recorremos à comunidade vizinha que é a Campina de Pedra e eles não interessaram, disseram que tinham o projeto deles lá, não quiseram se envolver em outro projeto, aí a gente dedicou e fez este projeto**. (Sr. Milton, grifos nossos).

40

Conforme explica o Sr. Milton, os moradores da comunidade Campina de Pedra recusaram a proposta, desta feita os trabalhadores e trabalhadoras de Imbê, deram início às discussões e organização da papelada para oficializarem associação.

A gente poderia colocar que a associação começou em primeiro de dezembro de dois mil e oito. Aí, em vinte e seis de abril de dois mil e nove, fundamos a comunidade, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê, para poder dar prosseguimento então à indústria. (Sr. Milton).

Assim, após cinco meses de muito trabalho para vencer as questões burocráticas para a constituição da associação, em abril de dois mil e nove, os trabalhadores e trabalhadoras de Imbê concretizam a oficialização da *Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê*.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 2009 (dois mil e nove) estiveram reunidos na casa do Sr. Milton Gonçalves de Souza, às 19:00 horas, as famílias da comunidade do Imbê, município de

Poconé-MT, para deliberar a seguinte ordem do dia: Criação e constituição da associação dos Pequenos Produtores rurais da comunidade do Imbê onde teve a presença do Sr. Afonso Carmindo Marçal, secretário geral do Sindicato dos trabalhadores rurais, onde tomou a palavra deu boas vindas a todos e falou sobre **a importância da criação da associação, sendo uma maneira da comunidade se unirem e poderem cobrar do poder público os seus direitos** (Ata da Assembleia da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê, grifos nossos).

Como exposto na primeira ata de criação da *Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê*, a sua constituição teve como pedra basilar o desejo de proporcionar à comunidade condições necessárias para requerer do poder público os seus direitos, como, por exemplo, o de financiar um empreendimento econômico. Marx ao criticar os filósofos sobre a questão da “libertação” dos seres humanos da alienação da produção capitalista, diz que:

[...] de modo algum se pode libertar os homens enquanto estes não estiverem em condições de adquirir comida e bebida, habitação e vestuário na qualidade e na quantidade perfeitas. A “libertação” é um ato histórico, não um ato de pensamento, e é efetuada por relações históricas, pelo [niv]el da indústria, do com[ércio], da [agri]cultura, do inter[câmbio] (MARX; ENGELS, 2009, p. 35-36).

Nesse sentido, compreendemos que os trabalhadores e trabalhadoras de Imbê, buscando a sua “libertação”, lançaram-se, primeiramente, na luta pela criação da associação e, posteriormente, na construção do empreendimento da agroindústria, pleiteando a “qualidade e a quantidade perfeita” na produção de suas vidas. O autor ainda complementa que:

Não tem história, não tem desenvolvimento, são homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. No primeiro modo de consideração, parte-se da consciência como indivíduos vivos. No segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a sua consciência. (MARX; ENGELS, 2009, p.32).

Essa é, portanto, a luta de Marx, que os trabalhadores e as trabalhadoras mudem a sua realidade, desvelando a ideologia de onipresença do sistema capitalista, e reformulando os seus pensamentos e ideologias.

Pensamos que é por essa/nessa práxis que os trabalhadores e trabalhadoras de Imbê optam por desenvolver a produção associada.

Conforme Kosik, “a liberdade não é um estado; é uma atividade histórica que cria formas correspondentes de convivência humana, isto é, de espaço social” (1976, p. 241). Nesse contexto, os trabalhadores e trabalhadoras necessitam superar as conjunturas do sistema econômico capitalista para serem livres e se constituírem como produtores livremente associados.

Assim, percebemos que a fundação da associação esteve amarrada à necessidade de conquistar recursos para a construção da agroindústria, no caso, através do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS). Como vemos, foi essa a forma encontrada por esses trabalhadores e trabalhadoras de Imbê para contestar a onipresença do modo de produção capitalista. Segundo o Sr. Milton:

Nós fizemos a fundação da associação e aí fomos buscar este DRS, foram dois anos de projeto. Não foi muito difícil, mas também não foi fácil. A gente quando foi fazer o projeto dependia de ter uma área registrada para a associação aí foi quando eu peguei e doei esta minha hectare para a associação. Como nós não temos a escritura definitiva aqui foi feita uma doação para a prefeitura. A prefeitura doou de volta para dar para nós uma escritura com registro para nós conseguirmos fazer a documentação para sair o projeto, senão não saía não. **Muitas vezes a gente se deparava com situações que não ia ter jeito. Agora mesmo no final nós fizemos tudo do projeto e ninguém falou que tinha uma garantia e pediram uma garantia para nós e nós tínhamos aí o senhor Odalino que é nosso sócio também ele se prontificou a dar a terra dele em garantia para nós montarmos a indústria. Não foi fácil não, tinha vezes que dava vontade de desistir.** (Sr. Milton, grifos nossos).

Como podemos perceber na fala do Sr. Milton, a burocracia para o desenvolvimento da iniciativa foi um dos grandes percalços vividos por eles para a obtenção do financiamento para a construção da agroindústria. Gonçalves, em seu estudo intitulado *Saberes da experiência e produção da vida social. O que nos ensinam as trabalhadoras e os trabalhadores associados?* assinala que:

O “associativismo” constitui um elemento da cultura das classes trabalhadoras que se expressa em “estratégias de sobrevivência” solidárias entre vizinhos, familiares, amigos e colegas de trabalho. Isso se revela nas estratégias de luta e resistência que vem sendo produzidas pelos trabalhadores desempregados e/ou do subemprego na forma de atividade geradora

e/ou complementadora de renda. (GONÇALVES, 2011, p. 17, grifos nossos).

Nesse sentido, compreendemos que a opção dos trabalhadores e trabalhadoras de Imbê em se associar é uma estratégia para poderem se contrapor às imposições do capital e dizer não ao trabalho assalariado, à figura do patrão, às condições de precarização do trabalho e da própria vida.

Na ata de criação da associação, em vinte e seis de abril dois mil e nove, o Sr. Milton chama a atenção dos participantes da assembleia para a importância da constituição da associação, pois sem a associação não seria possível solicitar o direito ao empréstimo junto ao Banco do Brasil e, conseqüentemente, a concretização do sonho da agroindústria ficaria ainda mais distante.

Aos dezenove dias do mês de outubro de 2009 [...] Sr. Ronaldo tomou a palavra dizendo tais coisas: temos que lutar a sério e sermos unidos, pois a união faz a força, devemos deixar de lado problemas que não dizem respeito à associação e procurar sermos cultos uns com os outros, todos optando, todos ouvindo e todos com o mesmo objetivo. (Ata da Assembleia da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê).

A adesão dos membros da associação foi voluntária e aberta a todos que quisessem participar. A associação é composta de um presidente de um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e dois suplentes com mandato de dois anos, permitida a reeleição. A associação é constituída por um total de quinze membros, todos integrantes da comunidade de Imbê e ligados por laços de parentesco, compreendendo um número de aproximadamente cem pessoas que, direta ou indiretamente, se beneficiam dos frutos proporcionados pela associação. Segundo Tiriba:

Como protagonistas ou atores-coadjuvantes da economia popular, são pessoas que, unidas por laços sociais de amizade ou de parentesco, promovem e estimulam redes de solidariedade, em diferentes níveis e estilos. Não se resumindo ao trabalho doméstico, geralmente atribuído à mãe/mulher/dona de casa, estes “trabalhadores invisíveis” exercem as mais diferentes atividades no sentido de garantir não apenas a manutenção da unidade doméstica, mas também viabilidade do empreendimento econômico. (TIRIBA, 2003, p. 48).

A constituição da associação foi realizada através de chapa única, sendo eleito o Sr. Milton como presidente da associação. Ao findar o pleito, o Sr.

Milton asseverou que “*estava disposto a ajudar a comunidade a buscar os seus objetivos*”. Sobre o seu papel na associação, o Sr. Milton o caracteriza como:

Eu sou o presidente, coordeno o trabalho ali, quando eu estou aqui eu ajudo, mas, a minha parte é ir na cidade buscar... Agora, esses dias mesmo, a gente tinha um problema, não é problema, estava chegando um papel com a SEMA, aí você tem que ir atrás, atrás de projeto, atrás de pagar, tem que correr atrás, cuidar desses compromissos, cuidar da venda, esta parte burocrática assim que eu faço, mas na folga que eu estou aqui eu ajudo também. (Sr. Milton).

No relato do Sr. Milton, percebemos que sua função como presidente da associação não impede que ele e os demais integrantes da associação ajudem uns aos outros no desenvolvimento dos trabalhos da agroindústria. Isso se configura não só em uma forma coletiva de produção, mas também em laços de solidariedade, cooperação, igualdade nas relações sociais, democracia, reciprocidade e autogestão.

O Capítulo I do estatuto da *Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê* – Da denominação, finalidade, sede, foro e objetivo – apresenta que a incumbência da associação não só de melhorar as condições econômicas e sociais da comunidade, promover o seu desenvolvimento, mas também cabe a esta promover análise e socialização das experiências e dos saberes construídos no/pelo trabalho associado.

Artigo 1º - A Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê, Fundada em 26 de abril do ano de 2009, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, voltada aos interesses comuns as famílias residentes na comunidade, visando à melhoria das suas condições econômicas e sociais com duração e número de sócios indeterminados, com sede na localidade do Imbê e foro na cidade de Poconé Estado de Mato Grosso. Artigo 2º - a associação tem como objetivo administrar e conservar os bens adquiridos e/ou doados à mesma e que possuam características de uso coletivo, a fim de sanar os problemas de ordem social, econômicas e sanitárias, etc... e ainda a fabricação de açúcar bruto (mascavo) e a fabricação de derivados e subprodutos (rapadura, melado, melaço, etc.). Artigo 3º Estudar as condições sociais da comunidade em busca de soluções para o seu desenvolvimento. § 1º Enquanto estuda as condições, poderá a Associação criar cooperativas mistas, como meio de favorecer o abastecimento interno, comercialização de produtos e incentivos ao cultivo racional de espécies de maior interesse econômico e social. § 2º Independente dos objetivos anteriores, propõe-se ainda a Associação a: a – Aprimorar a consciência associativa e a capacidade técnico-profissional dos associados; b- Manter meios de comunicações com os associados, a fim de informá-los sobre assuntos de comum interesse; c- **Promover análise e troca de experiências entre associados sobre problemas de gestão técnica, administrativa, financeira e econômica de seus**

estabelecimentos; [...]. (Estatuto da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê, grifos nossos).

Ainda no mesmo documento, no Capítulo II, estão estabelecidos os direitos e deveres dos integrantes da *Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê-MT*:

Artigo 4º - Constituem direitos dos Associados: a- Participar de todas as atividades comunitárias desenvolvidas pela associação; b- Votar e ser votado, para qualquer cargo na diretoria fiscal, ou qualquer assunto de interesse da Associação; c- Participar de todas as Assembleias realizadas pela Associação; d- Propor à diretoria a realização da Assembleia. Artigo 5º- Constituem deveres dos Associados: a- contribuir com a Associação, colocando-se à disposição para o trabalho comunitário ou colaborando financeiramente, desde que necessário e fruto de decisão de Assembleias; b- Zelar pelos bens da comunidade, estejam ou não sendo usados por ele próprio, temporariamente ou em definitivo; c- Acatar a decisão da maioria nas reuniões e Assembleias, mesmo que não esteja presente à respectiva reunião ou Assembleia; [...] (Ata da Assembleia da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê).

No capítulo IV, sobre as atribuições da diretoria, verificamos que compete a esta resolver os problemas administrativos da Associação, prestar contas sobre os recursos aplicados para melhoria da associação. Quanto ao presidente da associação, cabe a ele convocar e presidir reuniões da Diretoria e da Assembleia, assim como cumprir e fazer cumprir as resoluções emanadas da Diretoria ou da Assembleia.

Já no Capítulo VIII, da Assembleia Geral, Artigo 19º - A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação e delas poderão participar com direito a voz e voto todos os Associados quites com suas obrigações na associação.

O capítulo IX, que se refere aos Associados, determina quem poderá ser associado; Artigo 24º - Somente poderá ser associado o produtor rural com área inferior ou igual a 200 (duzentos) hectares, desde que não pratique outra atividade que colida com os interesses e objetivos do núcleo.

Assim, com a constituição da associação, os trabalhadores e trabalhadoras de Imbê deliberaram sobre a construção da agroindústria e sobre como se daria o desenvolvimento de tal empreendimento. O Sr. Milton, no uso de suas atribuições, convocou, no mês de junho de dois mil e nove, uma assembleia para discutir a respeito do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) e as estratégias que desenvolveriam para dar andamento

nos requisitos necessários para viabilizar o empréstimo do empreendimento da agroindústria.

Em vinte e um dias do mês junho do ano de dois mil e nove estiveram reunidos na comunidade Imbê às nove horas. O Sr. Milton deu início à reunião comentando sobre o DRS um plano que surgiu em benefício dos pequenos produtores rurais, e cobrou a união dos associados para melhor trabalho na comunidade e a legalização de documentários. Sr. João Coletto também optou tais assuntos: problemas existem, mas devemos trabalhar pegar com afinco e sermos positivos. Sr. Manoel Gonçalves de Souza deu sua palavra apoiando os associados e comentando sobre os negócios bons que pode acontecer através da associação. Sr. Ronaldo Pereira da Silva também deu sua palavra com apoio de venda cabendo para nós associado prestar atenção em como comercializar para que não haja traspassos. O Sr. Milton retomou a palavra falando sobre a Cooperagrepa exporta produtos para mais de 14 países e é grande a demanda. Então será preciso a documentação para que nós não perdemos esse projeto, também os associados devem estar legalizados. Para melhor comercialização do produto deve ser orgânico, sem nenhum produto químico. O SEBRAE está ajudando e partirá deles a fiscalização das plantações, com técnicos especializados, tendo também o apoio de outros representantes. **Porém esta agroindústria que será instalada será para o bem de todos associados e comunidade.** (Ata da Assembleia da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê, grifos nossos).

Como exposto na ata da assembleia, o Sr. Milton argumentou sobre a importância do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) e cobrou dos trabalhadores e trabalhadoras mais união no processo para a concretização da agroindústria. Outros associados, como o Sr. João, Sr. Manoel e o Sr. Ronaldo defenderam a fala do Sr. Milton, reafirmando a necessidade de empenho e perseverança para a constituição da agroindústria.

O Sr. Milton também expôs a relevância de produzirem derivados da cana-de-açúcar orgânicos (sem produtos químicos), pois a aceitação no mercado seria melhor, principalmente, diante da possibilidade de comercializar com a COOPERAGREPA^v - Cooperativa dos Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia, que exporta produtos orgânicos para mais de quatorze países. Outro ponto levantado na assembleia foi a participação do SEBRAE-MT e demais parceiros que disponibilizariam profissionais para dar orientação na realização do plantio e produção dos produtos orgânicos.

Assim, podemos ver que, sob a liderança do Sr. Milton, a comunidade conquistou a constituição da Associação, o reconhecimento oficial da comunidade e também a concretização da agroindústria. O Sr. Milton já está no

segundo mandato que vencerá em outubro de dois mil e treze. Como não poderá se reeleger, a comunidade enfrenta o desafio de forjar um substituto para ocupar a posição de liderança, pois a princípio não há candidatos que se predisponham a assumir a associação.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e onze, reuniram-se os associados e associadas na associação dos Pequenos Produtores rurais da comunidade Imbê no município de Poconé Mato Grosso, às 15:30 hs em segunda convocação, na sede da associação para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Eleição para membro da diretoria e conselho fiscal. Iniciou-se a Assembleia Geral extraordinária o Sr. Presidente Milton Gonçalves de Souza dando boas vindas a todos e disse da **importância da assembleia para a eleição da diretoria, para dar continuidade nos trabalhos de produção e organização da associação.** (Ata da Assembleia da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê, grifos nossos).

Sr. Adriano Pereira da Silva defendeu a permanência da Diretoria Atual, e disse que todos já adquiriram experiências na Administração da Associação e colocar pessoas sem experiências podem ficar prejudicados os trabalhos e defendeu a ideia que durante o mandato da diretoria seguinte outros membros devem estar preparados (Ata da Assembleia da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê).

A chapa do Sr. Milton foi reeleita por aclamação de votos, no relato acima, o Sr. Adriano diz que o mandato do Sr. Milton na associação se manteve pela experiência já adquirida e que seriam prejudicados se trabalhadoras e trabalhadores inexperientes assumissem a direção, ainda deu a sugestão de que os próximos integrantes adquirissem experiência para assumirem a direção da associação.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de 2009 (dois mil e nove) às oito horas e vinte e sete minutos estiveram reunidos, na casa do Sr. Pedro Gonçalves de Souza os associados da Comunidade para deliberar a seguinte ordem do dia: Sr. Milton Gonçalves de Souza deu início a reunião dizendo que as coisas estão indo bem, temos que tirar xerox de certidão de casamento, foi falado também que temos que ajudar na parte financeira, pois precisamos agir, e até terça feira temos que entregar esses papeis para que possa dar continuidade nesses negócios, será feita também um contrato de arrendamento para cada um dos associados, na terra do Sr. Rosalino G. Neto com prazo de dez anos no máximo, Sr. Ronaldo P. da Silva também falou sobre a despesa que terá no decorrer dos negócios tendo nós que fazer uma cota para resolver os assuntos da associação Imbê, **pois estamos tratando lutando por todos, com um só intento, isso será benefícios para nós, futuramente veremos a recompensa de tudo isso, porém vamos levar a sério e batalhar, lutando venceremos** (Ata da Assembleia da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê, grifos nossos).

Como exposto nos trechos retirados das atas, há por parte dos trabalhadores e trabalhadoras o comprometimento com o coletivo, sendo este desenvolvido através da sensibilização de que é preciso empenho, união para enfrentarem as dificuldades e conquistarem o objetivo almejado, desta feita é a comunidade que determina e propaga os laços sociais de união. Segundo Marx e Engels:

A indústria praticada em comum, segundo um plano estabelecido em função do conjunto da sociedade, implica homens completos, cujas faculdades são desenvolvidas em todos os sentidos e que estão à altura de possuir uma clara visão de todo o sistema de produção (MARX; ENGELS, 1978, p. 109).

O que, por sua vez, faz com que os trabalhadores e trabalhadoras de Imbê promovam o trabalho social, como partícipes de um organismo social e não o contrário, trabalho individual e isolado, como ocorre no trabalho assalariado. Assim, a comunidade impede que “o trabalho do indivíduo seja trabalho privado, e que seu produto seja um produto privado” (MARX, 2008, p. 59).

Outro ponto importante a ser ressaltado das atas é a formação e a qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras de Imbê, pois há o entendimento de que para conseguirem desenvolver um bom trabalho precisam se qualificar para conquistar o mercado.

Devemos lembrar que todos tem a mesma obrigação de trabalhar e de dividir as tarefas dos assuntos da nossa agroindústria para que todos sejam favorecidos e beneficiados trazendo a nós um bom negócio. **Devemos procurar nos qualificar para nós termos espaço na comercialização. Por que hoje não adianta só termos produção, mas sim qualificação, pois assegura nosso produto com grande demanda.** (Fala do Sr. Milton na Ata da Assembleia da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê). (Grifos nossos).

Observamos, através das atas das assembleias, disponibilizadas pelo Sr. Milton, desde a constituição da associação, até o último registro no dia onze de março de dois mil e doze, que as decisões a respeito da associação e da agroindústria são coletivas. Conforme nos explicou o Sr. Milton: *“não posso fazer só o que eu quero, tenho que ouvir os outros, se for ditar só o que eu quero, aí vira ditadura”*. Desse modo, apesar de ter a figura do Sr. Milton como o presidente da Associação, o controle é absolutamente democrático, pois

todas as questões são debatidas através das assembleias e as decisões, tomadas pela maioria, são lavradas em ata.

Sobre o tema em questão, também consideramos importantes algumas características que nos possibilita afirmar que se trata de uma gestão democrática, tais quais: a regularidade das reuniões decisórias e o elevado número de presença dos associados e associadas nas instâncias deliberativas e consultivas. Nesses momentos as informações são socializadas entre os membros da associação, contribuindo para envolvimento dos membros na gestão cotidiana do trabalho e do empreendimento, deixando a palavra livre para os demais participantes exponham os seus posicionamentos. Isso se configura na abertura para que o demais integrantes da associação sintam-se à vontade para se posicionar contrários ou para também realizar proposições.

CONSIDERAÇÕES

A análise da produção associada na comunidade Imbê mostrou que o empreendimento coletivo foi motivado pela necessidade de manter os moradores na comunidade. Como as famílias já cultivavam a terra e produziam para sua subsistência, a criação de uma agroindústria lhes pareceu a melhor alternativa para continuar essa empreitada. Portanto, o trabalho associado não surgiu unicamente como meio de criar postos de trabalho, mas sim um meio de viver dignamente na terra em que escolheram.

As relações de trabalho da comunidade Imbê estão fundamentadas nos preceitos da autogestão, ou seja, são organizadas democraticamente. Nesse sentido, formou-se um modo de produção pertencente a todos os membros. Nesta acepção, a autogestão como perspectiva de organização social implica pensar a práxis num sentido revolucionário, no qual o processo de conhecer a consciência alcança novos níveis de apropriação da estrutura da coisa. Pensar sobre as possibilidades e os limites de organização coletivista em meio à lógica do capital se fazem premente, vislumbrando estes movimentos que contrariam à ideologia imposta, constituindo-se e desenvolvendo uma forma de organização diversa da imposta pelo sistema capitalista.

É notório que a Comunidade Tradicional Imbê não apenas colocou em prática seu sonho, mas, principalmente, vivem materialmente desse projeto

solidário. Um projeto construído pelas mãos dos trabalhadores e trabalhadoras e materializado no dia-a-dia da produção. Uma ação coletiva que, para além de garantir a existência da comunidade, garantiu também uma rica fonte de saberes objetivos e subjetivos no processo da produção associada.

Não podemos antever o futuro que espera a agroindústria da Comunidade Tradicional Imbê, mas, dando a devida importância aos aspectos da sua constituição, pensamos que não sucumbirá aos ditames do capital sem lutar, pois compreendemos que esses trabalhadores e trabalhadoras se esforçam cotidianamente para produzirem suas vidas e escaparem do horizonte sombrio imposto pelo capital, através do trabalho assalariado. Assim, vislumbramos que, dentre os futuros possíveis, acontecerá aquele que os trabalhadores e trabalhadoras da Comunidade Tradicional Imbê forem capazes de construir, pois, como já expusemos anteriormente, eles sonharam e concretizaram o sonho, resta agora continuar a empreitada.

REFERÊNCIAS

Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê. **Ata da Assembleia nº 1**, da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê. Poconé, 2009.

_____. **Ata da Assembleia nº 2**, da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê. Poconé, 2009.

_____. **Ata da Assembleia nº 3**, da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê. Poconé, 2009.

_____. **Ata da Assembleia nº 4**, da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê. Poconé, 2009.

Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê. **ESTATUTO**. Poconé, 2009.

GONÇALVES, B. S. **Saberes da experiência e produção da vida social: o que nos ensinam as trabalhadoras e os trabalhadores associados?** Niterói- RJ/UFF, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação), 130 f. Disponível em: <http://www.ppg-educacao.uff.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=8&Itemid=52&limitstart=31>. Acesso em: 20 mar. 2012

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 1ª ed. Trad. de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes, 1978.

MILTON. **História da vida dos trabalhadores da Comunidade Tradicional Imbê-MT** [mar. 2012]. Poconé, Mato Grosso. Entrevistadores: Lirian Keli dos Santos e William Kennedy do Amaral Souza.

TIRIBA, Lia. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. In: **Revista Proposta/FASE**, n. 97, p. 38-49, jul/ago. 2003.

NOTAS

ⁱ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT (2012), graduada em Ciências Sociais pela UFMT (2008), professora de Sociologia no IFRO- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia- campus Vilhena - membro do GEPE- Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Educação. lirian.santos@ifro.edu

ⁱⁱ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT (2014), graduado em Ciências Sociais pela UFMT (2008), professor de Sociologia no IFRO- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia- campus Colorado do Oeste - membro do GEPE- Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Educação. william.souza@ifro.edu

ⁱⁱⁱ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em Educação pela UNICAMP, graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC). Docente da Universidade Federal de Mato Grosso no Programa de Pós-Graduação em Educação, coordenador do GEPEUFMT- Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Educação. caetanoedson@hotmail.com.

^{iv} Música “Prelúdio” composição de Raul Seixas.

^v A Cooperagrepa tem seu início com a forte mobilização por novas alternativas de geração de renda no campo. Impulsionada, inicialmente, pelo setor educacional, através das Secretarias Municipais de Educação de 7 municípios organizados pela Fundação Intermunicipal de Ensino Superior do Norte Mato-Grossense – FIESUN-MT, seus primeiros passos foram a busca de conhecimento de outras experiências protagonizadas por agricultores e agricultoras familiares. Durante o ano de 2002, na Cidade de Guarantã do Norte, mais de 400 agricultores decidiram criar a AGREPA – Associação dos Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia, nome já aprovado em reuniões anteriores. Nessa mesma data foi escolhida que a sede seria em Terra Nova do Norte, assim como a criação de uma Comissão Provisória para discutir o Estatuto Social da entidade. As reflexões e a necessidade de abrangência da entidade – produção, certificação, industrialização e comercialização bem como a análise da legislação vigente, indicaram a necessidade de criação de uma cooperativa. O trabalho de mobilização continuou até a data da criação da Cooperativa de Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia – Cooperagrepa, no dia 20 de agosto de 2003. Para saber mais visite o site <http://www.bioagrepa.com/cooperagrepa/historia>